

Inativo vira questão de honra

Economia - Brasil

Na visão do Governo, taxa-ção é vital para recuperar confiança dos investidores

Planalto pensa em enviar projeto ao Congresso ainda nesta semana

A meta do Governo de baixar drasticamente os juros, acenada sexta-feira pelo presidente Fernando Henrique, depende da aprovação das medidas do ajuste fiscal, mas fundamentalmente da cobrança previdenciária dos inativos - proposta que foi derrotada pelo Congresso duas vezes. Esta providência tem sido citada no Palácio do Planalto como iniciativa "emblemática" para a recuperação da confiança no País e como forma de estancar a fuga de capitais. Para ter a garantia dos votos necessários à aprovação dessas medidas no Congresso, o ministro das Comunicações e articulador político do Governo, Pimenta da Veiga, começa amanhã a ter

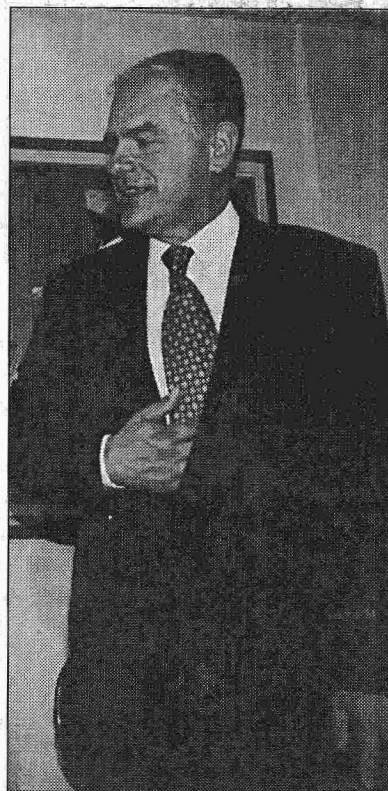
uma série de reuniões com líderes e vice-líderes partidários.

No momento em que o Governo tiver a segurança de que dispõe dos votos necessários para aprovar esta medida, o projeto instituindo a cobrança de contribuição previdenciária dos inativos será imediatamente enviado ao Congresso. A idéia é a de que esse trabalho de mobilização dos votos seja feito logo para que o projeto chegue ao Congresso ainda esta semana.

Para demonstrar a importância dessa medida, um interlocutor do Presidente explicou que a economia é feita de símbolos - uns são bons e outros ruins. A rejeição dessa proposta pelo Congresso foi, segundo ele, um fato "extremamente ruim". E agora o Governo quer aprovar a mesma medida na tentativa de contabilizar um fator positivo. Mas o mesmo interlocutor do Presidente observa: "A aprovação da medida não irá necessariamente reparar totalmente o desgaste provocado quando de sua rejeição".

Dependências

As perspectivas econômicas tão negativas, sobretudo para este primeiro semestre, preocupam o Governo. Para que a travessia seja rápida, a idéia é aprovar logo as medidas fiscais. "Os juros só vão baixar quando se tiver garantia de que não haverá



PIMENTA: busca de votos

fuga de capitais; e só não haverá fuga de capitais quando as contas estiverem equilibradas, por isso, a importância da aprovação das medidas no Congresso", disse ontem o ministro Pimenta da Veiga, confirmando sua tarefa de reunir votos no Congresso.

A equipe econômica conseguiu convencer o restante do Governo da importância de ajustar as contas rapidamente. Dessa

forma, não haverá gastos sem a garantia dos recursos no orçamento. Se não forem suficientes as medidas anunciadas semana passada para aumentar a arrecadação de modo a repor o que poderá faltar com o atraso da aprovação da CPMF, o Governo irá fazer novos cortes no orçamento. Segundo o ministro Clóvis Carvalho, estes cortes poderão chegar a R\$ 900 milhões. Os cálculos iniciais indicam que as medidas proporcionarão uma arrecadação adicional de R\$ 5,4 bilhões, enquanto que o buraco provocado pelo atraso na aprovação da CPMF é de R\$ 6,7 bilhões.

Paralelamente ao trabalho de mobilização da base para aprovar na Câmara projeto sobre cobrança dos inativos, o Governo quer acelerar a votação da cobrança da CPMF no Senado. A meta é aprovar a proposta de emenda constitucional até o dia 30. Ao mesmo tempo, a Câmara deverá também promover mudanças no seu Regimento Interno de modo a permitir uma tramitação mais rápida para propostas de emenda constitucional - contribuindo também para acelerar a votação da CPMF naquela Casa.

CRISTIANA LÔBO

Repórter do Jornal de Brasília